

## **Maternidade atípica e mercado de trabalho: barreiras invisíveis do caminhar solitário**

**Resumo:** Este artigo analisa os impactos da maternidade atípica – especificamente a vivenciada por mães de crianças neurodivergentes – sobre a trajetória profissional feminina. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método netnográfico, a partir de relatos espontâneos coletados em uma enquete pública no Instagram. Os dados foram examinados por meio da análise temática, que permitiu identificar cinco eixos centrais: impacto na vida profissional, ausência de rede de apoio, saúde mental e emocional, relação com o benefício assistencial e estratégias de resiliência. Os resultados mostram que a falta de rede de apoio é um fator determinante para a exclusão das mães do mercado de trabalho, agravando a sobrecarga emocional e econômica. As falas das entrevistadas evidenciam abandono de carreiras, precarização laboral e sentimentos de solidão e exaustão, confirmando diagnósticos da literatura sobre a divisão sexual do trabalho e a crise da reprodução social. A pesquisa conclui que a maternidade atípica reconfigura a identidade feminina, ao restringir o desenvolvimento profissional e intensificar desigualdades de gênero, destacando a urgência de políticas públicas e práticas organizacionais inclusivas.

**Palavras-Chave:** maternidade atípica; rede de apoio; mercado de trabalho; sobrecarga materna; desigualdade de gênero.

### **Autores:**

**Isabel de Sá Affonso da Costa**

**Doutora em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - RJ**

**Lucélia Lopez Fandiño**

**Mestranda do Programa de Pós-graduação em Administração da Unigranrio – PPGA–Unigranrio**

## 1. Introdução

A história da mulher na sociedade, por muito tempo, foi marcada por um papel pré-definido que a colocava em posição de inferioridade e submissão. Na família greco-romana, como descreve Coulanges (1975), a mulher pertencia primeiramente ao pai e, após o casamento, ao marido, não tendo autonomia sequer para responder por si em tribunais. Esse legado patriarcal, ainda que transformado ao longo dos séculos, sustentou estruturas de opressão e exclusão que só começaram a ser questionadas com a inserção da mulher no mercado de trabalho, sobretudo a partir da Revolução Industrial (VICTORASSI, 2023). Com a escassez de mão de obra masculina devido às guerras, muitas mulheres foram absorvidas pelas fábricas, mas em condições precárias, com baixos salários e longas jornadas. Esse cenário levou ao surgimento das primeiras legislações protecionistas voltadas ao trabalho feminino (PANUZZIO, 2006).

Segundo Victorassi (2023), no Brasil os primeiros avanços ocorreram na Era Vargas, com o Decreto nº 21.417/1932, e, mais adiante, foram consolidados pela Constituição de 1988, que reconheceu de forma expressa a igualdade de gênero no plano jurídico. Ainda assim, a herança patriarcal que vincula a mulher ao papel de cuidadora principal da família permanece enraizada, de modo que, mesmo com maiores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho a partir da década de 1960, o dilema entre carreira e maternidade se consolidou como desafio recorrente.

De forma geral, espera-se que a solução para esse dilema envolva uma rede de apoio, definida por Alves et al. (2022) como o conjunto de familiares, amigos, vizinhos e profissionais que compartilham responsabilidades de cuidado. Entretanto, a crescente participação feminina no mercado de trabalho tem como um de seus efeitos a redução da disponibilidade desse suporte, uma vez que outras mulheres da família – antes disponíveis – também passaram a ter sua rotina ocupada por vínculos de trabalho. O resultado disso, conforme demonstram dados do Censo Demográfico brasileiro (BRASIL, 2022) é que muitas mulheres adiam ou renunciam à maternidade, cientes de que a responsabilidade pelos cuidados recairá majoritariamente sobre elas. Silva et al. (2019) confirmam que a sociedade ainda delega à mulher a função de cuidadora principal, reforçando um sentimento de dever que legitima a sobrecarga.

Nesse contexto, a chegada de filhos com necessidades especiais intensifica os desafios já existentes – destacadamente no caso de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, ou neurodivergentes (BARNES, 2025; ZHOU; NING, 2025). Para as famílias dessas crianças, desafios emocionais são comuns – tais como tensão parental, ansiedade, estresse e depressão. Pais de crianças neurodivergentes também apresentam resultados piores em saúde, carreira e bem-estar do que pais de crianças neurotípicas (MACKENZIE; EACK, 2022; PADDEN; JAMES, 2017). Estudos também que sugerem que fatores tais como situação financeira, apoio social reduzido e estigma social influenciam o nível de estresse vivenciado por cuidadores de crianças com sintomas neurodivergentes (BARNES, 2025). Além disso, pesquisas indicam padrões distintos de necessidades, sobrecarga e suporte por parte das famílias de crianças neurodivergentes quando comparados a famílias de crianças com deficiência física (CUNHA ET AL., 2021; 2023; GOMES ET AL., 2015; MISQUIATTI ET AL., 2015; PADDEN; JAMES, 2017; SPINAZOLA ET AL., 2018). Em seu conjunto, essas evidências apontam para a relevância de se focar pesquisas na experiência e desafios específicos das famílias de crianças neurodivergentes.

Assim, este estudo tem como objetivo principal investigar os principais desafios que as mães atípicas, especificamente de crianças neurodivergentes, encontram para articular maternidade e trabalho, em um cenário marcado por desigualdades de gênero e pela falta de suporte institucional e social. Já os objetivos específicos são: a) examinar os efeitos emocionais e sociais da ausência de rede de apoio; b) avaliar o papel das políticas de proteção social, no cotidiano dessas mulheres e b) apontar estratégias de resiliência utilizadas por mães atípicas para manter suas trajetórias de vida e de trabalho.

Este estudo centra-se nas experiências de mães atípicas brasileiras no contexto contemporâneo, com foco na interseção entre maternidade atípica e mercado de trabalho. O recorte temporal da pesquisa corresponde em que usuários da rede social Instagram interagiram, por meio de comentários, em um vídeo de acesso público que abordava sobre conciliação de maternidade atípica e trabalho, os comentários foram postados entre maio de 2025 e agosto de 2025. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter netnográfico, com base em relatos espontâneos coletados em uma enquete pública no Instagram. Tal recorte implica reconhecer que os resultados refletem um universo específico e subjetivo, sem pretensão de generalização estatística (KOZINETS, 2014). O foco permanece nas barreiras invisíveis enfrentadas pelas mulheres em sua dupla jornada de cuidar e prover.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os obstáculos estruturais que afetam a permanência feminina no trabalho. Ademais, este estudo contribui para evidenciar como a maternidade atípica, marcada por cuidados intensivos, reforça desigualdades de gênero e limita a autonomia profissional. Ao articular relatos empíricos com a literatura de gênero, cuidado e trabalho, a investigação oferece subsídios para políticas públicas e práticas organizacionais que considerem a importância de redes de suporte, garantindo que a responsabilidade do cuidado não recaia exclusivamente sobre as mulheres.

## **2. Fundamentação teórica**

No Brasil, nas últimas décadas, a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho teve um aumento significativo, entretanto, apesar de esse aumento representar um avanço, não se pode deixar de analisar o quanto o mercado de trabalho é injusto com a carreira feminina. Segundo a BBC (2017), Marilyn Loden utilizou pela primeira vez a expressão “teto de vidro” durante um painel no *Women's Exposition*, em 1978, para evidenciar a existência de barreiras invisíveis, de origem cultural, que limitam a ascensão profissional das mulheres e dificultam seu acesso aos cargos de maior prestígio dentro das organizações.

Souza (2020) explica que a existência dessa barreira simbólica é interpretada na literatura a partir de dois eixos principais: o da discriminação de gênero e o das diferenças comportamentais entre homens e mulheres. No primeiro, a discriminação pode se manifestar tanto pela preferência cultural e psicológica pelo trabalho masculino quanto pela chamada discriminação estatística, sustentada pela crença de que a produtividade feminina é inferior à masculina. Já o argumento comportamental apoia-se na ideia de que as mulheres devem direcionar prioritariamente seus esforços para as atividades domésticas, seja por um suposto “talento” inato para esse tipo de afazer, considerado superior ao dos homens, seja pela convicção de que, ao conquistar espaço no mercado de trabalho, essas atividades se tornariam menos atrativas para elas.

Essa atribuição social do cuidado imposta culturalmente às mulheres conecta-se diretamente às desigualdades econômicas e de reconhecimento. Dados da Oxfam (2019) revelam que o trabalho de cuidado não remunerado, desempenhado majoritariamente por elas, equivaleria, em termos financeiros, a 10 trilhões de dólares por ano. Trata-se de um trabalho incessante e invisibilizado, naturalizado como parte da “essência feminina”, que perpetua não apenas desigualdades de gênero, mas também desigualdades financeiras e sociais.

Conforme apontam Guiginski e Wajnman (2019), a inserção das mulheres no mercado de trabalho, muitas vezes impulsionada pela necessidade de contribuir com as despesas familiares, não foi acompanhada por uma divisão equitativa do trabalho doméstico. Nesse cenário, a maternidade ocupa um papel central: embora socialmente imposta às mulheres, transforma-se em penalidade para elas, uma vez que a justificativa para a disparidade salarial entre homens e mulheres recorre frequentemente ao argumento de que “homem não engravida”; além disso, o receio de perder o emprego após a maternidade é recorrente e encontra respaldo em dados recentes. De acordo com levantamento divulgado pela revista *Exame* (2023), com base em pesquisa do portal Empregos.com.br, 56,4% das mulheres afirmaram ter sido demitidas ou conhecer alguém que perdeu o emprego após retornar da licença-maternidade.

A maternidade é um processo complexo, que exige reflexão não apenas acerca das transformações que incidem sobre a rotina das mulheres, mas também sobre as renúncias constantes e a exaustão que lhe são inerentes.

O aumento da inserção feminina no mercado de trabalho não representou para a mulher apenas um percurso para a sua independência, trouxe também uma sobrecarga de atividades, uma vez que há uma construção histórica que atribui à mulher a responsabilidade de cuidar dos filhos e gerir o lar. Nesse sentido, Alves e Pitanguy (1982, p. 65-66) apontam que

[...] as mulheres se veem assoberbadas pelo duplo papel que passaram a cumprir, assumindo com o homem o sustento da família, não partilhando com ele os encargos domésticos. É verdade que já se vêem tentativas individuais de estabelecimento de uma nova relação homem mulher, mas estas experiências são ainda isoladas, não constituindo uma prática social generalizada. Neste sentido, a luta estende-se também para a superação da "dupla jornada de trabalho", que obriga a mulher a acumular os encargos profissionais e os de dona-de-casa.

Embora tenham se passado mais de quatro décadas desde a publicação da obra, a questão levantada pelas autoras ainda não foi superada, pois na atualidade ainda é comum que as mulheres acumulem as tarefas domésticas e os encargos profissionais. Persiste, no imaginário social, a compreensão de que as atividades domésticas e o cuidado de pessoas são responsabilidades femininas, de modo que, quando há alguma participação masculina, ela não é interpretada como uma corresponsabilidade e sim como um ato de ajuda à mulher.

De acordo com levantamento do IBGE (BRASIL, 2023),

Em 2022, a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 17 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, sendo 21,3 horas semanais para as mulheres e 11,7 horas para os homens. Os dados são do tema Outras Formas de Trabalho, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2022, que levantou informações sobre cuidado de pessoas, afazeres domésticos, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário.

Iaconelli (2023) aponta que a ideologia do instituto materno, criada no século XVIII, somada a uma ideologia dos anos 1920 que defendia que ser mãe é natural às mulheres - conhecida com ideologia da Maternidade Científica – associou exclusivamente às mães o papel de cuidar dos filhos. Observa-se que esse ideário atravessou gerações e persiste ainda de forma bastante contundente na atualidade.

Uma pesquisa conduzida pela plataforma *De Mãe em Mãe* e publicada pela *Veja* em 2024 mapeou os impactos da sobrecarga de atividades domésticas na saúde mental das mulheres. Com base em uma amostra de 872 participantes de diferentes regiões do país, o estudo evidenciou que o acúmulo de funções tem gerado um profundo sentimento de esgotamento entre as mães brasileiras. Apesar de apenas 18% delas estarem fora do mercado de trabalho, os dados revelam que 78% assumem a maior parte das tarefas domésticas ou se responsabilizam integralmente por elas, o que reforça a desigualdade na divisão do trabalho dentro dos lares.

Nesse cenário, quando a mulher precisa conciliar a carreira profissional à maternidade, o excesso de responsabilidades a conduz à exaustão, limitando seu direito de desenvolver plenamente o potencial profissional e de alcançar progressão em sua carreira (MANTOVANI; PINTO, 2024).

A complexidade desse quadro se intensifica no caso das mães de filhos atípicos. A noção de maternidade atípica é relativamente recente no campo acadêmico e político, emergindo da ampliação dos estudos de gênero, deficiência e família a partir da década de 1980, quando movimentos sociais ligados à inclusão e aos direitos das pessoas com deficiência passaram a reivindicar maior visibilidade (VIANA; BENICASA, 2023).

De forma geral, maternidade atípica refere-se à experiência de mães que criam filhos com deficiência, doenças raras ou transtornos do neurodesenvolvimento. Como apontado, neste estudo, o foco recai sobre a experiência de mães de crianças neurodivergentes. como aponta Barnes (2025, p.3, trad. livre),

as condições neurodivergentes incluem, entre outras, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno do espectro autista (TEA), paralisia cerebral (PC), síndrome de Tourette e alguns distúrbios de aprendizagem, como dislexia e discalculia. Para esclarecer a terminologia, indivíduos não neurodivergentes são tipicamente considerados neurotípicos. Neurodivergente descreve indivíduos com variação cognitiva menos típica do que aqueles com desenvolvimento, funcionamento intelectual e cognitivo típicos. Um indivíduo é neurodivergente; um grupo de indivíduos neurodivergentes é neurodiverso, com neurodivergências. A neurodivergência é uma condição crônica, e crianças neurodivergentes são consideradas como tendo necessidades especiais.

Trata-se de uma vivência que se distingue da maternidade típica pela intensidade e especificidade dos cuidados exigidos, que frequentemente ultrapassam as demandas usuais da maternidade (TAMBARA; PEREIRA; RICOLDI, 2023). Essa condição impacta diretamente a vida pessoal, social e profissional das mães, que se tornam as principais responsáveis pelo cuidado contínuo e especializado dos filhos (SANTOS; NOGUEIRA; MOKARIN, 2023).

A literatura também distingue maternidade (instituição patriarcal de controle, vinculada ao mito do amor materno como instinto) de maternagem (a prática vivida pelas mulheres, potencialmente empoderadora) (O'REILLY, 2019; SANTOS; NOGUEIRA; MOKARIN,

2023). Nesse sentido, a maternidade atípica, entendida como prática concreta, revela não apenas o peso da sobrecarga, mas também as estratégias de resistência e empoderamento das mulheres cuidadoras.

Historicamente, a maternidade foi construída como ideal de amor incondicional e sacrifício, naturalizando o trabalho feminino de cuidado como obrigação e não como atividade socialmente relevante (BADINTER, 1985). No caso da maternidade atípica, essa construção é ainda mais marcada, pois se associa a estigmas sociais. Durante muito tempo, mães de crianças com autismo foram injustamente responsabilizadas pela condição dos filhos, sob a teoria da “mãe geladeira” — que as retratava como frias e culpadas pelo quadro clínico. Em contraposição, surgiu o estereótipo da “mãe especial”, romantizando a figura materna e reforçando expectativas irreais de sacrifício e abnegação (SANTOS; NOGUEIRA; MOKARIN, 2023). Ambos os discursos, no entanto, invisibilizam as necessidades concretas dessas mulheres, mantendo a negligência em relação a políticas públicas efetivas de apoio.

Diniz (2013), em sua análise de uma pesquisa de opinião pública realizada em 2010 por iniciativa da Fundação Perseu Abramo e do SESC, revela que a falta de reconhecimento e de apoio na criação dos filhos é apontada por 12% das mulheres como a pior coisa de ser mulher.

Alves, Pereira, Aveiro & Cockell (2022, p. 2) definem rede de apoio como *um suporte disponível a se recorrer, quem traz significado e é considerado e quem realmente está presente*. Assim, a inexistência de uma rede de apoio que permita à mulher conciliar de forma saudável o exercício da maternidade e a carreira revela-se como uma barreira para a sua manutenção no mercado de trabalho e/ou ascensão profissional.

Ademais, é importante ressaltar, que a dinâmica capitalista busca profissionais que tragam resultados alinhados aos propósitos das empresas, exigindo deles comprometimento e dedicação. Nesse cenário, a mulher-mãe é posicionada em um lugar desvantajoso, haja vista que, como aponta Jablonski (2010, p.10), são as mulheres que *faltam ao trabalho em caso de doença das crianças, além de qualquer tipo de acompanhamento necessário, seja escolar, médico ou até mesmo no transporte para alguma festinha*.

Faz-se necessário destacar, entretanto, que valorizar o cuidado é essencial para a manutenção do modelo de sociedade capitalista. Nesse sentido, conforme sustenta Fraser (2016, p.99):

Historicamente, esses processos de "reprodução social" foram considerados trabalho de mulheres, embora os homens sempre tenham feito parte dele também. Abrangendo trabalho afetivo e material, e frequentemente realizado sem remuneração, é indispensável à sociedade. Sem ele, não haveria cultura, economia ou organização política. Nenhuma sociedade que sistematicamente traga danos a reprodução social pode perdurar por muito tempo. Hoje, no entanto, uma nova forma de sociedade capitalista está fazendo exatamente isso. O resultado é uma grande crise, não apenas de cuidado, mas de reprodução social neste sentido mais amplo. (Tradução nossa<sup>1</sup>).

---

<sup>1</sup> Historically, these processes of ‘social reproduction’ have been cast as women’s work, although men have always done some of it too. Comprising both affective and material labour, and often performed without pay, it is indispensable to society. Without it there could be no culture, no economy, no political organization. No society that systematically undermines social reproduction can endure for long. Today, however, a new form of capitalist society is doing just that. The result is a major crisis, not simply of care, but of social reproduction in this broader sense.

A sociedade atual é fortemente marcada pelas concepções herdadas do patriarcado, de modo que, como defende Nascimento (2021), a identidade de masculino e feminino ocupa lugares sociais marcados, sendo os espaços privados reservados às mulheres e a esfera pública destinada aos homens. De acordo com Neves (2013), essa imposição social na qual se atribui à mulher a responsabilidade pelo espaço privado, caracterizado pelo trabalho doméstico e o trabalho familiar, hierarquiza a posição da mulher no mercado de trabalho, relegando-as a funções subalternas.

Sob uma perspectiva histórica, o papel socialmente atribuído à mulher esteve predominantemente vinculado às atividades domésticas e de cuidado. Em decorrência disso, suas ocupações profissionais foram, em grande parte, restritas a funções de menor capacidade técnica e caráter subalterno, de modo que possibilitassem a conciliação com as atividades do lar. Esse processo deu origem ao que chamamos de dupla jornada, que evidencia as desigualdades de gênero na divisão social do trabalho (NASCIMENTO, 2021).

Um aspecto que não pode ser ignorado é que o ingresso da mulher no mercado de trabalho não significou uma ruptura com a concepção que marcava seu espaço social, pois, conforme indica Rezende & Pereira (2013) os cargos ocupados inicialmente por elas no mercado de trabalho – domésticas, professoras e enfermeiras - eram vinculados ao cuidado.

Na atualidade, embora essa visão patriarcal esteja paulatinamente se alterando, ainda é bastante perceptível que as atividades de cuidado são predominantemente exercidas por mulheres. Dados do IBGE (2022) demonstram que no magistério, a prevalência feminina é de 79,2% na educação básica; já na carreira de enfermagem, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) indica que 85% dos profissionais são do sexo feminino.

Portanto, embora na sociedade seja inegável que houve conquistas relacionadas a maior flexibilidade de a mulher escolher uma carreira, ainda há muito o que se conquistar para que essa igualdade se traduza em democratização no acesso às diferentes carreiras, salários equivalentes e oportunidades igualitárias para ascensão na carreira.

### **3. Método de pesquisa**

Para este estudo, foi utilizado o método netnográfico. Tal metodologia tem uma forte relação com o método etnográfico, podendo-se dizer que ambos são complementares em investigações das Ciências Sociais. A etnografia é um método de pesquisa tradicional, definido por Hobbs (2006, p. 101, apud KOZINETS, 2014) como:

um coquetel de metodologias que compartilham da suposição de que o engajamento pessoal com o sujeito é fundamental para compreender uma determinada cultura ou ambiente social. A observação participante é o componente mais comum desse coquetel, mas entrevistas, análise de conversação e discurso, análise documentária, filme e fotografia, têm todos o seu espaço no repertório do etnógrafo. A descrição reside no âmago da etnografia, e independente de como essa descrição seja construída, é o intenso significado da vida social a partir da perspectiva cotidiana dos membros do grupo que se busca.

Kozinets (2014) elucida que embora a etnografia esteja intimamente ligada ao estudo de caso, as etnografias individuais normalmente não possibilitam generalizações universais, uma vez que é fundamentada em um determinado contexto.

A etnografia se interliga a outros métodos como entrevistas, análise de discurso, análise literária, semiótica, videografia, que possuem designações próprias porque mesmo recorrendo à observação, utilizam métodos particulares, obtendo dados de forma específica. Pode-se dizer, então, que a etnografia é um método de pesquisa que precisa ser combinada a outros métodos.

Nesse contexto, a netnografia configura-se como uma modalidade de pesquisa observacional participante desenvolvida no âmbito digital, fundamentada no trabalho de campo online.

Seu princípio metodológico consiste em utilizar as comunicações mediadas por computador como fonte de dados, possibilitando a compreensão e a representação etnográfica de fenômenos culturais ou comunitários. Tal como ocorre na etnografia tradicional, a netnografia parte da observação participante, mas tende a expandir-se, de modo natural e orgânico, para incorporar outros métodos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia e outros.

Para Kozinets (2014, p.62):

O uso do termo netnografia, [...], representaria a tentativa do pesquisador de reconhecer a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir em suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes online e offline de compreensão cultural, e de reconhecer que, como entrevistas ou semiótica, a netnografia tem seus próprios conjuntos de práticas e procedimentos exclusivamente adaptados que a distinguem da conduta de etnografia face a face.

Assim, ainda que a netnografia seja um método de pesquisa com singularidades que o diferencia da etnografia, apresenta também práticas comuns, como, por exemplo, os passos da etnografia: planejamento do estudo, entrada, coleta de dados, interpretação, garantia de padrões éticos e representação da pesquisa.

### *3.1. Coleta de dados*

A presente investigação utilizou como instrumento de coleta de informações os relatos espontâneos de mães atípicas, obtidos por meio de comentários em uma enquete pública realizada no Instagram. Esse banco de dados constitui uma fonte rica e diversificada de narrativas em primeira pessoa, permitindo acessar experiências vividas, sentimentos e estratégias de enfrentamento diretamente das participantes. A escolha dessa fonte se justifica pela natureza aberta e acessível da plataforma, que proporciona não apenas o registro textual das falas, mas também o contexto social em que são produzidas.

Para o meio de análise das informações, foi adotada a análise temática, técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas. O processo analítico seguiu a identificação de padrões de sentido recorrentes nos relatos, agrupando-os em categorias centrais e subcategorias. Inicialmente, realizou-se uma leitura do material, visando à familiarização com o conteúdo. Em seguida, foram destacados os eixos temáticos mais presentes nas falas, como impacto da maternidade atípica na vida profissional, ausência de rede de apoio, saúde mental, relação com o benefício do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e estratégias de resiliência. A

codificação foi feita de forma indutiva, ou seja, as categorias emergiram diretamente dos depoimentos, respeitando o caráter experiencial e subjetivo das respostas.

O processo de pesquisa ocorreu em três etapas principais. Na primeira, concentrou-se na coleta e organização do banco de dados, reunindo os relatos das participantes e preparando-os para análise. Na segunda, realizou-se a codificação temática, com a identificação e sistematização dos trechos mais significativos em torno dos temas emergentes. Na terceira etapa, foi feita a interpretação analítica, articulando as categorias obtidas com a literatura da área de Administração, em especial os estudos sobre gênero, trabalho do cuidado feminino. Esse percurso metodológico permitiu compreender não apenas as condições objetivas de trabalho e renda das mães atípicas, mas também as dimensões subjetivas que marcam suas trajetórias e revelam limites e possibilidades para a gestão do trabalho em contextos de vulnerabilidade.

#### 4. Resultados

Para esta pesquisa, foram analisados comentários extraídos de um vídeo da rede social Instagram, que problematiza as dificuldades relacionadas à conciliação da maternidade atípica com o exercício profissional. Focou-se em identificar padrões de linguagem e conteúdo. Ao todo, foram examinados 3.953 comentários, o que permite extrair insights significativos sobre as opiniões e sentimentos dos usuários. A análise abrange: frequência de palavras e expressões, temas recorrentes, tonalidade dos comentários (sentimento positivo, negativo ou neutro) e outros padrões relevantes.

Observa-se um predomínio de termos relacionados a trabalho e família. As palavras mais citadas foram “trabalhar” (1299 ocorrências) e “filho” (1235 ocorrências). Em seguida destacam-se “mãe” (1009) e “trabalho” (712). Esses termos refletem o eixo central da discussão: muitas pessoas relatando a necessidade ou impossibilidade de trabalhar devido aos filhos. De fato, somando as variações “filho/filha/filhos”, temos cerca de 1.900 menções, reforçando que os comentários são majoritariamente de pais (especialmente mães) falando de seus filhos. Da mesma forma, “mãe” no singular e plural soma aproximadamente 1.370 ocorrências, indicando que a voz predominante é a de mães compartilhando experiências.

Outras palavras muito frequentes incluem “cuidar” (569) e “terapias” (545), evidenciando que cuidar dos filhos e levá-los a terapias é um tópico comum. O termo “autista” aparece 501 vezes, além de “autismo” (125 vezes), confirmando que muitos comentários tratam de crianças com transtorno do espectro autista. Palavras associadas a dificuldade e desafio aparecem em alta frequência – por exemplo, “difícil” (486 ocorrências, considerando grafias com e sem acento) é uma das palavras mais utilizadas. Também surgem termos como “apoio” (426) e “rede” (332), geralmente compondo a expressão “rede de apoio” (como veremos adiante), relacionada à necessidade de suporte.

É importante notar que alguns verbos e expressões comuns refletem a narrativa pessoal dos comentaristas: “tenho” (832 ocorrências) indica muitos depoimentos em primeira pessoa (“eu tenho...”), e “quando” (280 ocorrências) sugere relatos detalhando *quando* algo ocorreu (por exemplo, descoberta de diagnóstico, momento em que precisaram largar o emprego, etc.). Termos de tempo como “anos” (380 ocorrências) possivelmente aparecem quando mencionam a idade dos filhos ou quantos anos estão nessa situação. Em resumo, o vocabulário predominante gira em torno de trabalho, família (mães e filhos), dificuldades e cuidados

especiais (terapias, autismo). Esse conjunto lexical já sugere os temas principais discutidos, que detalharemos a seguir.

A partir das palavras e frases mais utilizadas, identificamos diversos temas recorrentes nos comentários. Os tópicos abaixo foram mencionados repetidamente pelos usuários, revelando preocupações e situações compartilhadas por muitos:

- **Dificuldade em conciliar trabalho e cuidados:** Um tema central é o quão difícil (palavra muito citada) é conciliar a jornada de trabalho com os cuidados de filhos, especialmente filhos com necessidades especiais. Várias pessoas afirmam “não consigo trabalhar” porque precisam cuidar dos filhos em período integral. Expressões como “*é complicado cuidar do filho e trabalhar*” aparecem com frequência, indicando o dilema entre gerar renda e dar assistência adequada às crianças. Em muitos relatos, trabalhar fora de casa torna-se impraticável diante das demandas de cuidado.
- **Abandono da carreira profissional:** Relacionado ao item anterior, inúmeros comentários mencionam ter parado de trabalhar – seja temporariamente ou definitivamente – para se dedicar aos filhos. A frase “*parei de trabalhar*” e variações semelhantes ocorrem diversas vezes (~180 ocorrências somando formas diferentes). Isso evidencia que abrir mão do emprego foi a solução encontrada por muitas mães (e alguns pais) por não haver outra alternativa viável de cuidado. Conseqüentemente, há relatos de impacto financeiro e profissional na vida dessas pessoas, que deixam suas carreiras de lado em prol da família.
- **Falta de “rede de apoio”:** A expressão “rede de apoio” foi uma das mais citadas (aproximadamente 314 menções explícitas dessa frase). Os comentaristas frequentemente lamentam não ter com quem contar – seja familiares, creches, ou amigos – para ajudar a cuidar das crianças. Termos como “sozinha”/“sozinho” também aparecem (cerca de 83 vezes no total), assim como “mãe solo” (228 ocorrências), reforçando que muitas dessas mães estão criando os filhos sozinhas, sem a participação ativa de pais ou outros parentes. A ausência de uma rede de apoio leva essas mães a assumirem sozinhas a dupla jornada, o que contribui para o esgotamento relatado.
- **Mães atípicas e necessidades especiais:** Há uma identidade forte de “mães atípicas” nos comentários – termo usado para definir mães de crianças com deficiência ou condições como autismo. A expressão “*mãe atípica*” e seu plural somam em torno de 350 citações. Os usuários compartilham experiências sobre terapias constantes (“terapia”/“terapias” aparecem mais de 850 vezes no total) e rotinas exaustivas de cuidados médicos, educacionais e terapêuticos para seus filhos autistas. Esse conjunto de comentários destaca os desafios específicos de criar uma criança autista: desde a busca por diagnóstico (palavra “diagnóstico” aparece 152 vezes) até o acompanhamento contínuo em tratamentos. Relatos pessoais como “*tenho um filho autista e parei minha vida profissional*” ilustram bem esse tema.
- **Benefícios assistenciais vs. trabalho formal:** Muitos comentam sobre a questão de benefícios do governo, em especial o LOAS/BPC (Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social). O termo LOAS apareceu 270 vezes, frequentemente em contextos como “*não perder o LOAS*”. Diversos usuários manifestam preocupação de que, se conseguirem um emprego formal (carteira assinada), perderão o benefício assistencial que

recebem para o filho com deficiência. Por isso, há quem defenda mudanças na lei – por exemplo, comentários dizem ser *“a favor da carteira assinada sem perder o LOAS”*. A sigla BPC (usada como sinônimo do LOAS) foi citada ~90 vezes e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) cerca de 42 vezes. Esses dados mostram um tema recorrente de insatisfação com a política atual, pois as mães se veem em um impasse: trabalhar formalmente e abrir mão do benefício do filho, ou continuar sem emprego para manter essa renda assistencial. Esse dilema é uma fonte de angústia e revolta implícita nos comentários, bem como de propostas de mudança (ex.: *“precisa mudar”* foi dito explicitamente em pelo menos 12 comentários).

- **Exaustão física e emocional:** Transversal a muitos depoimentos está o cansaço e desgaste emocional. Palavras como *“cansada”*, *“exausta”* não chegaram a figurar no top 10 de frequência, mas a ideia aparece de diversas formas nos relatos. Além do termo *“difícil”* já mencionado, outros indicadores são o uso de emojis chorando (😭). Identificamos que pelo menos 802 comentários continham emojis de choro/tristeza, indicando o tom de lamento e desabafo. Frases como *“isso dói na alma”* ou *“estou no meu limite”* (presentes em alguns comentários) exemplificam o sentimento de sobrecarga e tristeza frente à situação. A palavra *“triste”* apareceu 106 vezes. Há também menções a impactos na saúde mental da mãe: por exemplo, alguém cita ter ficado doente psicologicamente devido à sobrecarga. Esses elementos revelam um padrão de sofrimento emocional compartilhado.
- **Solidariedade e apoio mútuo:** Apesar do tom predominantemente negativo, muitos usuários mostraram empatia e apoio entre si. Não é incomum ver comentários encorajando outras mães, com termos como *“força”* (48 ocorrências) e expressões do tipo *“Você não está sozinha nessa luta”* ou *“Força, guerreiras”*. Algumas pessoas também compartilharam histórias de superação ou estratégias que encontraram (por exemplo, tornar-se trabalhadoras autônomas para ter flexibilidade, ou dividir turnos com o cônjuge quando possível). Esse espírito de comunidade aparece em certas palavras: por exemplo, *“guerreiras”* (18 ocorrências) referindo-se às mães; ou comentários parabenizando iniciativas de apoio (*“Parabéns pelo trabalho maravilhoso que você faz...”* apareceu em alguns casos). Em suma, além do desabafo, há um componente de rede de apoio virtual sendo formado nos comentários, onde mães oferecem apoio moral umas às outras.

Para ilustrar alguns desses temas, a tabela a seguir resume algumas expressões comuns encontradas e seu contexto:

Tabela 1. Expressões comuns encontradas nos comentários da fonte de dados

Expressão (tema)	Frequência aproximada	Contexto do Tema
<b>“rede de apoio”</b>	314 ocorrências	Falta de suporte familiar/social para ajudar com os filhos
<b>“mãe atípica”</b>	350 ocorrências	Mães de crianças com deficiência (especialmente autistas)

<b>“mãe solo”</b>	228 ocorrências	Mães criando filhos sozinhas, sem participação do pai
<b>“parei de trabalhar”</b>	~180 ocorrências	Abdicar do emprego/carreira para cuidar dos filhos
<b>“não consigo trabalhar”</b>	~76 ocorrências	Dificuldade de trabalhar por não ter com quem deixar os filhos
<b>“carteira assinada”</b>	68 ocorrências	Referências a trabalho formal (emprego com carteira) e seu impacto nos benefícios (LOAS/BPC)

Fonte: Elaboração própria

(Obs: As frequências acima referem-se às ocorrências das expressões exatas ou suas variações principais nos comentários, servindo como indicador da relevância de cada tema.)

s devem ser numeradas sequencialmente, com a numeração correspondente aparecendo entre parênteses a direita da última linha da equação.

## 5. Discussão

A análise das narrativas coletadas revelou um conjunto de experiências recorrentes entre as mães atípicas, que se organizam em torno de cinco eixos principais: impacto na vida profissional, rede de apoio, saúde mental e emocional, relação com o benefício assistencial e estratégias de resiliência. Esses achados permitem compreender de forma aprofundada como a maternidade atípica reconfigura trajetórias de trabalho, identidade e inserção social.

O eixo mais recorrente nos relatos diz respeito ao abandono da vida profissional em decorrência da maternidade atípica. Muitas entrevistadas relataram que, mesmo desejando manter-se no mercado de trabalho, a ausência de rede de apoio torna essa possibilidade inviável. Uma mãe explicou: *“Sou técnica em enfermagem e tive que sair do trabalho que tanto amava pra cuidar do meu filho. Ninguém quer cuidar de uma criança normal, imagina de uma criança com deficiência.”*

A ausência de apoio familiar ou institucional, outro aspecto bastante destacado nos relatos, leva a uma renúncia quase compulsória da vida profissional, fazendo com que as mães passem a viver apenas em função dos filhos. Uma entrevistada resume: *“Minha vida mudou completamente, não tenho tempo pra nada, nem pra trabalhar.”* Essa relação direta entre a falta de rede de apoio e a impossibilidade de inserção produtiva confirma a análise de Nascimento (2021) sobre a divisão sexual do trabalho, que empurra as mulheres para a esfera privada, e reforça o argumento de Fraser (2016) de que a sociedade se apoia no cuidado, mas não oferece estruturas para sustentá-lo.

A ausência de rede de apoio, foi descrita como uma das maiores dores dessas mulheres, intensificando a sobrecarga e limitando qualquer chance de retomada profissional. Uma participante afirmou: *“Não tenho ninguém por mim, é só eu e meu filho. Até para ir a um exame, tenho que rezar para ser no horário da escola, porque não tenho com quem deixá-lo.”* Outra destacou: *“Até médico a gente deixa de ir, deixa de cuidar da gente, principalmente quem não*

*tem rede de apoio... a gente não tem pra onde correr, tem que dar conta de tudo sozinha.”*. Esse comentário dialoga com a literatura de Nancy Fraser (2016), evidenciando a crise contemporânea da reprodução social e demonstrando que mesmo a sociedade dependendo do trabalho do cuidado, não oferece condições para a sua realização.

Já em casos em que a rede existe, a diferença é notória. Como apontou uma entrevistada: *“Ouvi uma mãe dizendo que trabalha porque tem o pai e a mãe que cuidam. Já quem não tem, não trabalha. Quero deixar claro, porque muita gente fala que a gente não trabalha porque não quer.”*. Essas falas demonstram como a rede de apoio é fator determinante para a inserção no mercado de trabalho e produtividade.

A dimensão da saúde mental e emocional também aparece de forma recorrente nas narrativas, com menções frequentes à ansiedade, depressão, solidão e medo em relação ao futuro. Uma entrevistada declarou: *“A maioria sofre de ansiedade e depressão, e mesmo assim somos julgadas por não ‘trabalhar’.”* Outra ressaltou a solidão: *“Vivemos para nossos filhos com muito amor, mas é extremamente solitário. Sem trabalho, sem convívio em sociedade... a falta de convívio social faz mal para a cabeça da gente.”*

A sobrecarga de trabalho impacta no bem-estar de qualquer trabalhador, mas no caso das mães atípicas esse desgaste assume contornos mais severos, dada a ausência de pausas, a falta de reconhecimento social e a invisibilidade do seu trabalho cotidiano.

O quarto eixo de análise envolve a relação com o benefício assistencial (BPC/LOAS). As mães relatam que a dependência desse recurso gera um paradoxo: ao mesmo tempo em que o benefício assegura a sobrevivência mínima, suas regras rígidas impedem que as famílias busquem alternativas de renda formal, sob risco de perder o auxílio. Uma entrevistada explicou: *“Recebemos um benefício em que a mãe não pode trabalhar, se não perde. Não pode ter bens, se não perde. A gente não tem pra onde correr.”* Outra acrescentou: *“Não dá pra viver só com o BPC. Aqui é um salário mínimo para nós dois, e não temos direito ao décimo terceiro.”*

Por fim, identificaram-se estratégias de resiliência e adaptação, como a busca por trabalho autônomo, manutenção dos estudos acadêmicos ou apoio na fé religiosa. Uma mãe relatou: *“Hoje trabalho por conta com doces e salgados, mas é difícil conciliar, porque sempre tem médico, escola, terapia.”*

Nota-se que a maternidade atípica reconfigura drasticamente a vida dessas mulheres, tornando o cotidiano delas marcado por rotinas terapêuticas e por constantes consultas médicas *“Meu filho faz terapia quatro vezes por semana, em horários diferentes. Fica quase impossível trabalhar fora com essa rotina.”*, relatou uma mãe. *“Quando consigo encaixar as terapias na rotina com trabalho, começam as situações diárias na escola.”*, apontou outra. Essas falas demonstram a imprevisibilidade e a carga contínua do cuidado, reforçando a ideia de uma jornada permanente e invisível.

A tudo que foi exposto, é necessário acrescentar que a maternidade atípica redefine a identidade das mulheres. Uma participante desabafou: *“Às vezes me pergunto quem eu era... estudei tanto pra hoje não ser ninguém.”*; outra expressou a renúncia: *“Minha vida é toda adaptada à vida deles. A primeira coisa foi não ter como trabalhar.”*

Apesar de toda a sobrecarga, as mães atípicas não são poupadas de julgamentos. Uma declarou: *“Tem gente que fala que a gente não trabalha porque não quer. Não sabem o que é não ter com quem deixar um filho especial nem por um minuto.”* Outra completou: *“É difícil ter que fazer tudo e ainda ouvir que não faz nada.”*. Esses discursos de desvalorização reforçam a invisibilidade do trabalho do cuidado, frequentemente naturalizado como obrigação feminina.

## 6. Conclusões

A análise das narrativas revelou que a maternidade atípica constitui um marco disruptivo na trajetória profissional das mulheres. O abandono de empregos formais, a dificuldade de reinserção no mercado e a necessidade de adaptação constante às rotinas terapêuticas dos filhos demonstram que o impacto ultrapassa dimensões individuais, configurando-se como um fenômeno social de relevância coletiva.

A ausência de rede de apoio aparece como fator central: sem familiares, amigos ou instituições que compartilhem as responsabilidades do cuidado, a mãe é forçada a renunciar à sua independência econômica e a redefinir sua identidade em torno do papel de cuidadora exclusiva. As falas das entrevistadas ilustram a dureza dessa realidade: muitas deixam de ir ao médico, adiam sonhos profissionais e enfrentam julgamentos sociais por não exercerem um trabalho formal, quando, na prática, vivem uma rotina de dedicação integral.

Além do impacto na carreira, observa-se forte repercussão emocional, marcada por ansiedade, depressão e medo quanto ao futuro. O benefício assistencial, quando presente, garante a sobrevivência mínima, mas funciona também como limitador de oportunidades, uma vez que impede que as mães possam buscar novas fontes de renda sem arriscar a perda do auxílio. Nesse contexto, estratégias de resiliência, como trabalhos autônomos, estudos acadêmicos e apoio na fé religiosa, mostram-se tentativas de manter algum equilíbrio diante de uma realidade marcada por exclusões.

Conclui-se que a maternidade atípica não pode ser compreendida apenas como experiência individual, mas como expressão de desigualdades estruturais de gênero. Ao revelar as barreiras invisíveis que limitam a participação das mães atípicas no mercado de trabalho, este estudo reforça a necessidade de políticas públicas e práticas organizacionais que ampliem a rede de apoio, promovam condições de conciliação entre cuidado e trabalho e valorizem o papel social do cuidado. Apenas com tais medidas será possível avançar em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, onde o direito à maternidade não represente, para as mulheres, a condenação à exclusão profissional e social.

## Referências

ALVES, Aline Bernardes et al. Functioning and support networks during postpartum. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 22, n. 3, p. 667-673, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202200030013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/bdgv3DfcQB3y7y3sN3spHLM/>. Acesso em: 10 set. 2025.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANTIOLA, Carla; MARI, Maria; SANTOS, Noemia de Moraes (Org.). *Trabalho feminino: desafios e perspectivas no Brasil*. Curitiba: Appris, 2021.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARNES, Alexander. *Building resilience in mothers caring for neurodivergent children: a multi-framework approach using personal resources and self-regulation*. 2025. Tese - Liverpool John Moores University, Liverpool, UK, 2025.

BBC News. 100 Women: “Why I invented the glass ceiling phrase”. *BBC*, London, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-42026266>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022 mostra um país com menos filhos e menos mães. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43837-censo-2022-mostra-um-pais-com-menos-filhos-e-menos-maes>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 11 ago. 2023. Atualizada em: 24 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Professoras são 79% da docência de Educação Básica no Brasil. *INEP – Centro de Conteúdo*, Brasília, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Observatório dos Técnicos em Saúde (Fiocruz). 8 de março – maioria na saúde, mulheres ainda sofrem com desigualdade de gênero. *Observatório dos Técnicos em Saúde*, [S.l.], 8 mar. [2025?]. Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/8-de-marco-maioria-na-saude-mulheres-ainda-sofrem-com-desigualdade-de-genero>. Acesso em: 1 set. 2025.

COFFEY, Clare et al. *Time to Care: Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis*. Oxford: Oxfam GB for Oxfam International, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21201/2020.5419>. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/time-to-care-unpaid-and-underpaid-care-work-and-the-global-inequality-crisis-620928>. Acesso em: 19 ago. 2025.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. Trad. Jonas e Eduardo Fonseca. São Paulo: Editora Hermus, 1975.

CUNHA, K. C.; et al. Qualidade da coparentalidade e o estresse em pais de crianças com paralisia cerebral. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 2, p. 241–256, 2021. DOI: [10.1590/1980-54702021v27e0079](https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0079). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/MkY8VYzRV63q9TzDZ7Y87br/>. Acesso em: 2 set. 2025.

CUNHA, K. C.; et al. Estresse e autoeficácia em pais de crianças com paralisia cerebral até 12 anos de idade. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/jznzP3pZNTvC7NSkTgTgdcg/>. Acesso em: 2 set. 2025.

DINIZ, Simone Grilo. Direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: SESC, 2013. p. 157-170.

FELIX, Paula. Esgotada e insatisfeita: pesquisa mapeia emoções da mãe brasileira. *Veja*, São Paulo, 19 jan. 2024. Atualizado em: 7 maio 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/esgotada-e-insatisfeita-pesquisa-mapeia-emocoes-da-mae-brasileira/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, London, n. 100, p. 99-117, jul./ago. 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii100/articles/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>. Acesso em: 6 set. 2025.

FREITAS, P. M.; et al. Relação entre o estresse materno e a inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 25, n. 1, p. 78–89, 2005. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672005000100005&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672005000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 2 set. 2025. Pepsic

GOMES, P.; LIMA, L. H.; MENDES, E. G. Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies. *Jornal de Pediatria*, v. 91, n. 2, p. 111–121, 2015. DOI: 10.1016/j.jped.2014.08.009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/wKsNY3ngvLDcRZ5bxWCn47v/>. Acesso em: 2 set. 2025.

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, n. 1, p. 1–26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>. Acesso em: 9 set. 2025.

IACONNELLI, Vera. *Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

JABLONSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online* [recurso eletrônico]. Trad. Daniel Bueno. Rev. Téc. Tatiana Melani Tosi; Raúl Ranauro Javales Júnior. Porto Alegre: Penso, 2014.

LIMA, Luciana. 56% das mulheres foram demitidas ou conhecem quem foi desligada após licença-maternidade. *Exame*, São Paulo, 15 maio 2023. Disponível em:

<https://exame.com/carreira/56-das-mulheres-foram-demitidas-ou-conhecem-quem-foi-desligada-apos-licenca-maternidade/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

LIMA, M. B. S.; et al. Parental Stress and Social Support of Caregivers of Children with Disabilities. *Paideia*, v. 26, n. 65, p. 207–214, 2016. DOI: 10.1590/1982-43272665201609. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/wGrWQSwcjSkw5TpbNm8b3yM/>. Acesso em: 2 set. 2025.

MACKENZIE, Kristen; EACK, Shaun. Interventions to improve outcomes for parents of children with autism spectrum disorder: A meta-analysis. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v.52, n.7, p.2859-2883, 2022.

MANTOVANI, Lorena Marangon; PINTO, Renata de Almeida Bicalho. Dilemas da conciliação da maternidade com o trabalho a partir de relatos de mulheres-mães. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 48., 2024, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPAD, 2024. Disponível em: <https://www.anpad.org.br/>. Acesso em: 1 set. 2025.

MISQUIATTI, A. R. N. et al. Sobrecarga de familiares cuidadores de crianças com transtornos do espectro do autismo. *Revista CEFAC*, v. 17, n. 1, p. 192–200, 2015. DOI: 10.1590/1982-0216201513213. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/3pfYytcbXMZxHhHFNFpwWHP/>. Acesso em: 2 set. 2025.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Neoliberalismo e trabalhadoras: precarização do trabalho feminino. In: ANTLOGA, Carla Sabrina; MAIA, Marina; SANTOS, Noemia de Moraes (org.). *Trabalho feminino: desafios e perspectivas no Brasil*. Curitiba: Appris, 2021. p. 67-82.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 366-389, ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200003>. Acesso em: 1 ago. 2025.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric feminism: theory, activism, practice*. Toronto: Demeter Press, 2019.

PADDEN, Clara; JAMES, Jack. Stress among parents of children with and without autism spectrum disorder: a comparison involving physiological indicators and parent self-reports. *Journal of developmental and Physical disabilities*, v.29, n.4, p.567-586, 2017.

PANUZZIO, Danielle; FERREIRA, Grasiela Augusta. *Proteção ao trabalho da mulher no liminar do século XXI: o direito e a ética na sociedade*. Campinas: Alínea, 2006.

REZENDE, E. F.; PEREIRA, E. S. Os múltiplos papéis da mulher trabalhadora: um olhar do Serviço Social. 2013. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Faculdade Católica de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em:

<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo17.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ROIZ, Roberta Giampá; FIGUEIREDO, Mirela de Oliveira. O processo de adaptação e desempenho ocupacional de mães de crianças no transtorno do espectro autista. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 31, 2023, e3304. DOI: 10.1590/2526-8910.ctoAO252633041. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/STMpXVZhRcfwYlKjxy4KdWF/>. Acesso em: 03 set. 2025.

SANTOS, Maria Cristina Silva dos; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; MOKARIN, Gabriela Brasil. Maternidade ou maternagem: o lugar da mulher no cuidado do filho atípico. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 16, p. 151-160, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v16i4.13512>.

SILVA, A. P. et al. Gênero, maternidade e responsabilidade pelo cuidado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

SILVA, Erineusa Maria da et al. Ser mulher cuidadora de pessoas com deficiência à luz da categoria gênero: reflexões a partir de um projeto de ensino/pesquisa/extensão no campo da educação física. *Educación Física y Ciencia*, La Plata, v. 21, n. 1, p. e072, 2019.

SOUZA, Cássio Bruno Castro. *Segregação ocupacional, paridade de participação e regulação do trabalho feminino no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

SPINAZOLA, C. C. et al. Crianças com deficiência física, síndrome de Down e autismo: comparação de características familiares na perspectiva materna na realidade brasileira. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 2, p. 199–216, 2018. DOI: 10.1590/S1413-65382418000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/98xYngxFwbfZpbY95WPcHfM/>. Acesso em: 2 set. 2025.

TAMBARA, Marli Palomares; PEREIRA, Viviane dos Santos; RICOLDI, Arlene Martinez. As maternidades atípicas e solos: os desafios de quem cuida. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 2023, São Bernardo do Campo. *Anais*. São Bernardo do Campo: ANPOCS, 2023.

VIANA, Cíntia Teixeira de Sousa; BENICASA, Miria. Maternidade atípica: termo e conceito. *Revista Acadêmica Online*, [S.l.], v. 9, n. 46, 2023. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/299>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VICTORASSI, Lígia Silva. *A discriminação da mulher no mercado de trabalho e o desafio igualdade de gênero*. Ribeirão Preto: CEI, 2023.

ZHOU, Jun; NING, Yuanhong. Exploring motherhood dilemmas and coping strategies among mothers of children with autism: a qualitative study in mainland China. *Frontiers in Psychiatry*, v. 16, 2025. DOI: 10.3389/fpsy.2025.1569928. Disponível em:

---

<https://www.frontiersin.org/journals/psychiatry/articles/10.3389/fpsy.2025.1569928/full>.  
Acesso em: 17 set. 2025.